

# A polícia uruguaia e a revolução sul-rio-grandense de 1923: algumas notas de investigação

*Pablo R. Dobke\**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
Santa Maria, RS, Brasil  
pablo\_dobke@yahoo.com.br

## *Resumo:*

Objetiva-se aqui demonstrar como as delegacias (comisarias) de polícia uruguaias, especialmente as da região fronteira ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul, atuavam frente ao movimento sedicioso que ocorria no estado vizinho, evidenciando assim, uma apreensão das autoridades policiais frente a agitação produzida nesta região. Neste sentido, cabe ressaltar que a referente apreensão por parte das autoridades uruguaias nem sempre trazia prejuízos ao corpo insurgente que se movia pela referida região, tendendo a demonstrar evidências acerca da territorialização de poder a partir das relações sociais desenvolvidas por certos agentes revolucionários e que se faziam valer neste caso. Ainda destacamos que este faz referência a investigação de Doutorado desenvolvida pelo autor na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), sendo orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Frega. Estando também vinculado ao projeto “História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais do século XIX e início do século XX”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin, estando integrado ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM “História Platina: sociedade, poder e instituições” e ao Comitê “História, Regiões e Fronteiras” da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM).

*Palavras-chave:* Fronteira; Território; Relações sociais de poder; História platina.

\* Doutorando, Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM).

*Abstract:*

The aim here is to demonstrate how the Uruguayan police stations (comisarias), especially those in the border region of the Brazilian state of Rio Grande do Sul, acted in the face of the seditious movement that occurred in the neighboring state, thus evidencing an apprehension of the police authorities towards agitation produced in this region. In this sense, it should be pointed out that the referent apprehension by the Uruguayan authorities did not always bring harm to the insurgent body that moved through that region, tending to demonstrate evidence about the territorialisation of power from the social relations developed by certain revolutionary agents and that in this case. We also point out that this one refers to a PhD research developed by the author in the “Frontier, Politics and Society” Research Line of the Post-Graduation Program in History of the Federal University of Santa Maria (PPGH-UFSM), being guided by Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Frega. It is also linked to the project “History of Platin America and the processes of construction and consolidation of the National States of the nineteenth and early twentieth century”, coordinated by Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin, being integrated to the Research Group CNPq/UFSM “Platin History: society, power and institutions” and the Committee “History, Regions and Borders” of the Association of Universities Montevideo Group (AUGM).

*Keywords:* Border; Territory; Social power relationships; Platin history.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante frisar, que este trabalho insere-se nas pesquisas vinculadas ao Projeto de Doutorado “Relações sociais de poder e territorialidade: os agentes rebeldes e a fronteira Brasil-Uruguai no contexto da Revolução de 1923”, que vem sendo desenvolvido na Linha de Pesquisa “Política, Fronteira e Sociedade” da Universidade Federal de Santa Maria, contando com bolsa de pesquisa CAPES/DS e sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Frega e coorientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin. Fazendo também parte do projeto intitulado “História da América Platina: construção e consolidação dos Estados Nacionais no século XIX e a princípios do século XX”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Mediadora Padoin, sendo vinculado ao Grupo de Investigação CNPq/UFSM “Historia Platina: sociedade, poder e instituições” e ao Comitê “História, Regiões e Fronteiras” da AUGM.

Neste sentido, o referido Projeto de Doutorado tem como objetivo de investigação a análise da ação de distintos agentes durante a chamada Revolução de 1923 no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, com base no que se refere a suas redes de relações sociais mantidas nas regiões em que eram mais atuantes, isto é, a região fronteiriça entre o referido estado brasileiro e a República Oriental do Uruguai. Onde, a partir destas relações foram se conformando os laços entre os diferentes atores, concedendo aos insurgentes um território de mobilidade baixo sua influência, permitindo desta maneira um “território conservador de poder” (Raffestin, 1993).

A partir desta investigação, se busca assinalar como tal evento político excede a historiografia estadual sul-brasileira, incluindo também o Brasil a uma história regional mais além das fronteiras nacionais, demonstrando desta maneira um processo histórico regional integrado a nível de uma história platina e sul-americana.

Desta maneira, o que apresentamos aqui faz referência a uma parte da documentação analisada, encontrada durante nossas pesquisas no Archivo General de la Nación, na capital uruguaia. Tal acervo documental diz respeito às correspondências telegráficas enviadas por chefes de polícia de alguns Departamentos fronteiriços uruguaios (Cerro Largo, Rivera e Artigas) ao Ministério do Interior, reportando a movimentação que se dava naquela região fronteiriça por conta da Revolução de 1923.

Neste sentido, dividimos este artigo em duas partes: a primeira trata de uma breve historiografia acerca dos motivos da referida Revolução, bem como o seu desenvolvimento e desfecho; na segunda parte, demonstramos as fontes e sua análise, tomando como ponto de partida o processo de territorialização que alguns chefes políticos/revolucionários desenvolveram durante sua atuação na mencionada contenda.

Assim, objetivamos demonstrar como as chefias de polícia uruguaias tratavam tais revolucionários, que imersos em uma sociedade em comum faziam da região fronteira uruguaio-brasileira seu palco de atuação sem preocuparem-se com as demandas dos Estados-nacionais, agindo desta forma em benefício próprio, contudo, partícipes de uma rede de mobilidade e de trocas que lhes permitia tais ações.

## UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DA REVOLUÇÃO DE 1923

Com o fim do Império do Brasil em 15 de novembro de 1889, o então estado do Rio Grande do Sul adotou uma política republicana moldada pelas teorias positivistas de Auguste Comte, sendo estas assentadas como principal espectro político do Partido Republicano Riograndense (PRR). Com a Constituição elaborada e escrita em sua maior parte por Júlio de Castilhos –patriarca do PRR– promulgada em 14 de julho de 1891, o Rio Grande do Sul aderiu não só uma forma de governar baseada em uma filosofia republicana, como também uma doutrina partidária que levaria 29 anos até dissolver-se (Dobke, 2015: 77).

Nos anos de 1893 a 1895, o estado protagonizou a revolta armada mais sangrenta de sua história, a conhecida Revolução Federalista,<sup>1</sup> onde, ex-liberais e ex-conservadores da época do Império somaram-se a alguns republicanos dissidentes com o intuito de contestar o poder exercido pelo PRR. Estes, unidos sob a égide do Partido Federalista (PF) e tutelados pelo antigo tribuno do Império, Gaspar Silveira Martins, lançaram-se em campanha militar, que acabou por abarcar os três estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) (Dobke, 2012: 44).

Finalizada a campanha militar, a energia imposta pelo PRR fez com que os federalistas fossem aniquilados politicamente, afirmando assim a soberania do partido e de Júlio de Castilhos na nova configuração político-partidária do Rio Grande do Sul.

Desta maneira, durante os anos finais do século XIX e ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o PRR provou ser uma máquina política imbatível fazendo com que se estabelecesse em grande parte da sociedade sul-riograndense.

Castilhos comandava o partido e o governo do estado com mão de ferro, até vir a falecer prematuramente em 1903, fazendo com que Antônio Augusto

<sup>1</sup> Segundo a historiadora Helga Piccolo, a Revolução Federalista foi significativa para o processo histórico brasileiro, no momento de transição entre a Monarquia para a República, transformando assim a conjuntura social do país (1993: 65).

Borges de Medeiros, seu sucessor no comando do partido viesse a também assumir a presidência do estado por cinco vezes. Neste sentido a historiadora Sandra Pesavento coloca que,

nos anos que se seguiram, o PRR consolidou o seu domínio no estado. Enquanto Castilhos governou, nenhum membro da oposição ocupou um cargo público no Rio Grande do Sul, e nenhum deputado federalista teve assento na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional (Pesavento, 1992: 48).

Passado este primeiro momento de instabilidade política, a situação de prosperidade econômica no Rio Grande do Sul garantiu com que os perrepistas<sup>2</sup> tornassem viáveis outros modelos de governabilidade, implantados, sobretudo, com base na doutrina positivista e nas alianças regionais que de certa maneira, mantinham os republicanos no poder.

Esta situação se manteve até o final dos anos de 1910 e início da década de 1920, onde a forte turbulência econômica no estado do Rio Grande do Sul trouxe uma série de questionamentos, especialmente àquilo relativo a instabilidade no mercado e na produção derivada do período pós 1ª Guerra Mundial e da crise do café no plano nacional que juntamente com as políticas adotadas pelo governo borgista trouxeram uma forte especulação na moeda estrangeira, inflação regional, alta de juros e arrocho de créditos levando a inúmeras hipotecas no setor estancieiro (Axt, 2007: 101).

Esta conjuntura amplamente desfavorável levou parte da elite econômica sul-riograndense a buscar novas respostas para a crise junto ao PRR, enquanto este por sua vez, se mostrava incapaz de fornecer soluções. Assim, conclui Maria Antonieta Antonacci que,

o projeto do PRR esgotou suas possibilidades de viabilização por conter uma perspectiva de desenvolvimento autossuficiente, que buscava para o Rio Grande do Sul uma expansão equilibrada de todos os setores da produção, incompatível com a crescente divisão nacional e internacional do trabalho. Com as crises e depressões do capitalismo pós-guerra, acelerando a concorrência entre as regiões fornecedoras de matéria-prima e bens de consumo, a manutenção do domínio político do PRR e de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul implicava em mudanças, que transcenderam a ideologia positivista que cimentava e orientava este domínio (Antonacci, 1981: 112-113).

<sup>2</sup> Assim chamados os correligionários do Partido Republicano Rio-grandense.

Assim, o descontentamento político e social frente à hegemonia partidária, o autoritarismo exercido por Borges de Medeiros e toda a máquina estatal montada pelo Partido Republicano Rio-grandense, levou grande camada da sociedade a uma oposição liderada politicamente pelo antigo perrepista Joaquim Francisco de Assis Brasil.<sup>3</sup>

Neste contexto, dissidentes republicanos, federalistas rancorosos com a derrota na Revolução Federalista e liberais-democratas desejosos por uma nova política estadual, se uniram no apoio à candidatura de Assis Brasil para o pleito eleitoral de 1922. Antonacci resume a situação da seguinte forma:

foi o que transpareceu na crise econômica de 1921. Nesta criou-se uma situação de problema social, desencadeando um questionamento à forma de dominação do PRR. Grupos da classe dominante, não atendidos pelo governo de Borges em suas solicitações de amparo a produção, foram levados a procurar outras alternativas políticas para si e para o Rio grande do Sul. Abriu-se assim, espaço social para apoio e adesão à estratégia política das oposições, consubstanciada no projeto liberal-democrático de Assis Brasil, que soube envolver e articular todos os descontentamentos econômicos e políticos no Rio Grande do Sul em 1921/23 (Antonacci, 1981: 113).

A eleição para presidente do Rio Grande do Sul em 1922, duramente disputada entre os republicanos representados por Borges de Medeiros e as oposições aliadas em torno da liderança de Assis Brasil, trouxeram como consequência uma explosão de violência superior ao normal, devido à realidade pouco comum de presença de uma oposição fortemente organizada com que os republicanos tiveram de lidar no contexto eleitoral (Cortés, 2007: 35).

Contudo, o PRR não esperava que sua base, a forte Constituição de 1891 viesse a trazer problemas naquilo que o partido estava mais acostumado a fazer, vencer as eleições. Durante o pleito de 1922 –quando Borges de Medeiros concorria ao seu quinto mandato– o PRR pela primeira vez viu-se na eminência de perder uma eleição.

Joaquim Francisco de Assis Brasil juntamente com diversas figuras políticas, trataram de mobilizar todo o estado, ganhando a adesão e o apoio de grande parte dos eleitores sul-riograndenses, gerando grande desconforto aos borgistas, onde o hegemônico Partido Republicano se via em iminência de perder o pleito eleitoral.

<sup>3</sup> Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938). Proeminente político brasileiro, especialmente durante a fase inicial da Primeira República. Fez parte do corpo fundador do PRR, desvinculando-se deste em 1908 por motivos de incompatibilidades ideológicas. Juntamente com outras figuras políticas organizou e comandou a oposição ao seu antigo partido, lançando-se candidato no pleito de 1922.

A Constituição estadual de 1891 colocava a necessidade de que para ser eleito, o candidato ao governo do estado deveria ter três quartos dos votos (3/4), porém, esses números não eram vistos como problema perante a máquina republicana criada pelo patriarca Castilhos que poderia conseguir quantos votos o partido necessitasse graças ao apoio da ampla rede de relações junto aos coronéis locais nos diversos municípios do estado, que eram cooptados pela máquina partidária do PRR e possuíam enorme lealdade ao chefe republicano Borges de Medeiros, àqueles a quem Loiva Otero Félix (1996: 68-69) caracterizou como “coronel borgista”.

Assis Brasil com fortes indícios de vencer as eleições e temendo uma possível fraude, solicitou a Assembleia Estadual uma comissão para analisar e divulgar o resultado final do pleito. Esta comissão, sendo presidida por Getúlio Vargas (na época deputado pelo município de São Borja) na companhia de mais dois republicanos, realizou o seu devido papel e seguindo a tradição do PRR, declarou Borges de Medeiros como vencedor o que por consequência, acabou por desencadear na campanha armada conhecida por Revolução de 1923.

Durante os onze meses de conflito —a iniciar-se em janeiro e findar-se em dezembro— a Revolução de 1923 destacou-se militarmente por ser notória a tática de guerrilha desenvolvida pelos comandantes insurgentes, pois, diferente da Revolução Federalista (1893-95), esta não possuía um comando em chefe de ordem militar, deixando a cargo do general de cada divisão as ações estratégicas a serem tomadas.

Assim, diversas ações foram tomadas em diferentes pontos do estado. Neste sentido, destacam-se as atuações dos generais Leonel Rocha e Menna Barreto na região norte, Honório Lemes na fronteira oeste, Felipe Portinho no nordeste, Estácio Azambuja e Zeca Netto na parte da campanha e região sul, respectivamente. Dentre estas figuras, três destacam-se por atuarem diretamente na porção fronteira ao Uruguai: Honório Lemes, Estácio Azambuja e Zeca Netto.

Os três agentes acima mencionados, além da comandância militar, atuavam também como partícipes desta sociedade de fronteira, conseguindo assim, mobilizar com certa facilidade tudo aquilo que fosse necessário para suas ações, não importando desta forma, o “lado” desta fronteira. Isto só era possível devido a arquitetura social na qual estavam inseridos, pois, a partir de suas relações foi alinhavando-se a trama indispensável para a confecção de uma malha territorial, proporcionando aos referidos atores uma mobilidade de ação, o que de certa maneira, se tornou a característica destes.

Então, passados os onze meses de luta armada, e tendo fracassado as diversas tentativas de armistício, o então Presidente da República Arthur Bernardes, envia ao estado o Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho com o intuito de apaziguar os ânimos. Este ministro, em conferências com o presi-

dente do estado, Borges de Medeiros e com seu opositor Assis Brasil, fez com que fosse assinado por ambas as partes o chamado Pacto de Pedras Altas, findando desta maneira a contenda em 14 de dezembro de 1923.

O mencionado pacto, em termo gerais, acordava que Borges de Medeiros teria seu último mandato, permanecendo no poder até 1928. Porém, a mais significativa contribuição do tratado seria a reforma na Constituição de 1891, impedindo as reeleições, bem como, a indicação de intendentes municipais e do vice-presidente do Estado.

### A MOVIMENTAÇÃO INSURGENTE NA REGIÃO FRONTEIRIÇA

A região onde hoje se encontra a fronteira brasileiro-uruguaia é historicamente um lugar de disputas. Primeiramente, portugueses e espanhóis brigaram pelo rico solo fronteiriço, abundante em pastagens naturais para os criatórios animais, especialmente o bovino. Porém, não foi somente a linha demarcatória que provocou as maiores agitações. Durante muito tempo, esta região foi marcada (e ainda é) por um intenso fluxo, seja de mercadorias, de pessoas e até mesmo de ideias como bem menciona Maria Medianeira Padoin (2000: 3-4).

Durante os períodos de convulsão política, a fronteira sempre serviu como uma válvula de escape, sobretudo, para os seus habitantes, que quase sempre envolvidos nas contendas se utilizavam desta região como um subterfúgio em momentos de dificuldade. Sendo assim, muitos líderes político/militares dentro destes processos eram oriundos da região fronteiriça, pois, além de atuarem na política e na guerra, eram participes da vida cotidiana do lugar.

Exemplos disto podem ser encontrados desde a Revolução Farroupilha (1835-45),<sup>4</sup> passando pela Revolução Federalista (1893-95),<sup>5</sup> até chegar no contexto da insurgência por nós investigada, a Revolução de 23 (1923). Nota-se que aqui mencionamos somente os casos sul-riograndenses/brasileiros, no entanto, do lado uruguaio encontramos as mesmas situações, especialmente durante o ciclo de Revoluções Saraivistas (1896-97 / 1903-04).<sup>6</sup> Isso só vem a corroborar com o que fora dito acima acerca do papel de extrema comunicação que a região fronteiriça possui(a).

Durante a Revolução de 1923 não foi diferente, pois, como vimos acima, muitos dos líderes desta tinham como área de atuação a região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Neste sentido, destacaremos aqui a movimenta-

<sup>4</sup> Para mais da Silva (2015).

<sup>5</sup> Para mais Andrade (2017).

<sup>6</sup> Para mais Dobke (2015).



ção do contingente revolucionário por esta região com base nos telegramas e telégrafos enviados pelos comissários de polícia dos Departamentos fronteiriços ao Brasil ao Ministério do Interior do Uruguai, objetivando assim, uma demonstração do fluxo que ocorria nesta região, sobretudo, por meio da territorialização de poder de determinados chefes, que a partir de suas relações sociais moviam-se deliberadamente para além do território nacional.

Primeiramente, é importante frisar que aqui não serão aprofundados alguns conceitos, visto que estes necessitam de uma maior reflexão e exposição. Contudo, sempre que utilizados, serão acompanhados de uma explicação seguida de uma exemplificação, elucidando desta forma o quadro proposto.

Como já fora antes mencionado, a região fronteiriça foi palco de inúmeras ações durante a Revolução de 1923. Estas, de maneira alguma, passavam despercebidas pela polícia uruguaia, que ao saber de qualquer movimentação suspeita, logo tratava de comunicar-se com o Ministério do Interior, tanto no intuito de informar a ação tomada, bem como, para receber instruções do que deveria ser feito. Obviamente, não se pode tomar como verdade absoluta o que era informado pelos respectivos chefes de polícia, no entanto, acima do acontecimento, o que se pode perceber de maneira avultada é a movimentação por esta região e como os revolucionários sul-riograndenses se utilizavam da mesma em seu benefício.

De acordo com a documentação utilizada para este texto, os Departamentos uruguaios com maior incidência de internação por parte dos revolucionários sul-riograndenses foram Artigas, Rivera e Cerro Largo; notadamente, todos fronteiriços ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Nestes, os corpos revolucionários, ao adentrarem em terreno da República Oriental do Uruguai, segundo a documentação, eram imediatamente desarmados pela guarda policial, no entanto, podiam permanecer em solo internacional.

Contudo, como antes mencionado, esta fronteira não estava totalmente sujeita as conformações dos Estados-nacionais, mesmo que estes tensionassem em intervir de uma forma politicamente organizada a partir dos corpos policiais e das guardas de fronteira. Assim, os agentes revolucionários envolvidos se permitiam ao uso do espaço em um processo de territorialização desta região, ultrapassando a linha demarcatória entre os dois entes.

Neste sentido, cabe aqui um breve esclarecimento quanto a conceitualização de espaço e território/territorialização. Para a geografia humana, o conceito destes dois termos é bem simples. Enquanto o espaço é gerado naturalmente, o território é formado a partir de uma ação humana, seja ela em forma de instituição, comunidade ou indivíduo. Uma boa explicação acerca do que comentamos sobre território é dada por Álvaro Heidrich, onde este escreve que “a consideração de que as relações estruturantes da territorialidade nem sempre são políticas, mas antes destas, sociais, cotidianas, diferindo a análise

das tradicionais compreensões da territorialidade vinculadas ao Estado-nação” (Heidrich, 2010: 27).

A partir destes pressupostos é que se enquadra a atuação dos agentes beligerantes, pois, como membros da sociedade fronteiriça, estes, em certa medida não reconheciam na fronteira institucional um entrave para suas ações, pelo contrário, viam nesta região o subsídio necessário para seus propósitos.

Assim, demonstramos o primeiro caso de movimentação na região fronteiriça. Esta, não se refere diretamente aos rebeldes sul-riograndenses, mas sim a população da fronteira que via no seu traslado ao solo uruguaio um meio de salvar-se das agruras da guerra civil. Desta maneira, no dia 24 de março de 1923, o 1º oficial da cidade de Rivera Juan Urquhart escreve ao Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens<sup>7</sup> comunicando que forças revolucionárias haviam atacado o município de Rosário do Sul e que por este motivo muitas famílias estavam emigrando para o município de Santana do Livramento e, por conseguinte, trasladando-se ao município de Rivera.<sup>8</sup>

Pode-se perceber que a emigração da população fronteiriça é tida como algo comum, sem maiores entraves por meio dos agentes estatais, isto só se faz permitido devido a já mencionada territorialização, neste caso, a população por meio de distintos laços (familiares, comerciais, políticos...), se faz reconhecida, não importando a nacionalidade.

Segundo Paul Claval, em sua obra *A geografia cultural*, esta mobilidade só se faz permitida devido a um conjunto de códigos culturais compartilhados, onde os hábitos cotidianos são similares e a partir destes se aderem os mesmos valores (Claval, 2014: 71). O autor ainda segue exemplificando este processo, mencionando as técnicas, que de certa forma, perpetuam esta comunicação comum entre um mesmo território, mesmo que em Estados-nacionais distintos.

Notadamente, esta situação de mobilidade territorial também se aplicava aos corpos revolucionários, que por vezes, acossados pelas tropas governistas se viam obrigados a trasladarem-se a parte uruguaia desta fronteira. Como já antes mencionado, os revolucionários, em sua maioria eram habitantes da região fronteiriça, tendo nesta ação algo corriqueiro, inteiramente inserido em seu cotidiano social.

<sup>7</sup> Nota-se que o Ministro, o Senhor Lorenzo Vicens Thievens permaneceu no cargo até o mês de setembro deste ano de 1923, assumindo posteriormente o posto o Senhor Justino Jiménez Arechaga, permanecendo este até o ano de 1925.

<sup>8</sup> Archivo General de la Nación. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: março; telegrama do 1º oficial de Rivera, Juan Urquhart ao Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens. Assim se transcreve: “En este momento tengo noticia que fuerzas revolucionarias atacarán población município de Rosario, Brasil, distando unos cien kilometros Livramento, librandose combate. Por este motivo observase emigraron algunas familias de Santana a esta ciudad”.

Assim, passamos ao segundo exemplo, onde o comissário de polícia de Melo (Departamento de Cerro Largo), o Senhor Rogélio Carballo, escreve para o Ministro Vicens Thievens com o intuito de comunicar a movimentação naquela fronteira. No referido telegrama, o comissário informa que existem dez feridos internados no Departamento, dentre eles o coronel Vasco Martins e mais duzentos homens a mando do coronel Estácio Azambuja, todos devidamente desarmados.<sup>9</sup>

A partir desta, percebe-se a relação entre os agentes, visto que o comissário Carballo elenca nomes dos envolvidos, especialmente dos comandantes, demonstrando o já conhecimento destes. Percebemos os aspectos que culminaram para um domínio territorial calcado nas relações sociais de poder onde estas operaram como chave integralizadora junto aos agentes envolvidos em sua malha de atuação como líderes dentro do movimento revolucionário.

Desta maneira, priorizar a análise acerca dos aspectos de territorialização do poder local a partir das relações sociais conformadas nestes se faz fundamental. Para isto, nos aproximamos de estudos vinculados à geografia humana que já há algum tempo vem obtendo resultados quanto à investigação das relações de poder e territorialização. Conforme podemos observar na obra de Marcos Aurélio Saquet, a discussão acerca do tema é bem concorrida, tendo início no século XIX na Alemanha, onde estudiosos como Friedrich Ratzel e Karl Ritter começaram uma tendência metodológica de apropriação dos procedimentos das ciências naturais com enfoque na territorialização dando base assim a um processo geopolítico baseado na antropogeografia, isto é, o espaço natural habitado pelo homem e territorializado pelo mesmo (Saquet, 2013: 30-31). Este conceito deu início a uma série de outras interpretações onde território e relações de poder permanecem associadas sempre em que há um processo de construção ou desconstrução das estruturas sociais, fazendo das interações humanas um campo conflituoso ao mesmo tempo em que é promissor. Assim, Saquet defende que,

o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida

<sup>9</sup> Archivo General de la Nación. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: maio; telegrama do comissário de polícia de Melo, Rogélio Carballo ao Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens em 19 de maio de 1923. Assim se transcreve: “Desde frontera informa inspetor de policia que por Paso Carpinteria, Rio Negro, internaronse al Dept° 10 heridos entre los que está el coronel Vasco Martins, doscientos revolucionários desarmados estos y aquellos pertenecientes a fuerzas mandadas por coronel Estácio Azambuja todos procedentes del Paso Herreria de Santa Maria (Brasil) donde dicen haber librado combate com fuerzas gubernistas a ordenes del coronel Claudino Pereira”.

cotidiana (...). O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, integrando-o à dinâmica sócioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade (Saquet, 2013: 32-33).

Neste sentido, utilizando a afirmação de Robert Dahl, podemos dizer “que a influência (seja ela de qualquer tipo) é uma relação entre agentes em que um agente induz outros agentes a agirem por uma forma que de outra maneira não agiriam” (Dahl, 1970: 63).

Neste sentido, vamos ao último exemplo, onde o chefe de polícia de Artigas, cidade fronteiriça à brasileira Quaraí, o Senhor Ambrósio González, questiona o Ministro Vicens Thievens sobre o uso de “cintas” partidárias nos chapéus de indivíduos procedentes do Brasil, prometendo tomar as devidas providências caso a resposta fosse negativa.<sup>10</sup> Ainda nesta missiva, encontra-se a resposta do Senhor Ministro, dizendo não haver proibição quanto ao uso das divisas partidárias.<sup>11</sup>

A partir desta troca de correspondências, podemos perceber uma reestruturação no controle da movimentação brasileira em solo uruguaio, visto que nos primeiros meses de conflito, a situação da autoridade estatal na fronteira se fazia de forma mais fechada, conferindo uma abordagem mais sistemática por meio das ordens do Ministro do Interior.<sup>12</sup> Talvez aí esteja situada a influência territorial que os habitantes da fronteira impunham ao aparato estatal, neste caso, tendo sua movimentação referendada por um agente deste nível.

De acordo com a interpretação abordada neste trabalho, a influência determina o alargamento dos “domínios” assim como a atuação dos agentes envolvidos através da rede que se estendia pela região fronteiriça. A reestruturação da fronteira redefiniu seu uso permitindo um maior alcance de atuação das figuras, bem como, um maior abrandamento do controle.

<sup>10</sup> Archivo General de la Nación. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: junho; telegrama do chefe de polícia de Artigas, Ambrósio González ao Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens em 2 de junho de 1923. Assim se transcreve: “Esta Jefatura consulta a V. E. se personas procedentes Brasil, pueden entrar con cintas en el sombrero, rojas u outro color caso negativo hay intervención policial y el procedimiento”.

<sup>11</sup> Archivo General de la Nación. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: junho; resposta do Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens ao chefe de polícia de Artigas, Ambrósio González em 2.06.1923. Assim se transcreve: “No hay prohibición para usar divisas”.

<sup>12</sup> Esta sistematização de controle pode ser melhor vislumbrada em Victoria Rodríguez (2005: 319).

Para um melhor entendimento, Heidrich detalha a abordagem territorial e o modo de como ela pode ser vista a partir de

a) à territorialidade das instituições e das sociedades que envolvem o poder político; b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrelaçamento de poderes políticos e sociais (Heidrich, 2010: 28).

Os exemplos mostrados aqui elucidam a constituição de uma sociedade imbuída a uma atuação comum e notadamente estruturada em uma esfera de poder local que dotada de estratégias canalizava em si a influência necessária para agir conforme a situação. No entanto, esta canalização convergia a um ponto que para compreendê-lo não basta apenas o exercício do poder por ele mesmo. Para Márcia da Silva, “entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente” (Silva, 2008: 70).

Para melhor explicar o condicionamento do poder exercido por estes agentes as, utilizamos a obra de Claude Raffestin, onde este aborda as formas de poder de acordo com o tipo populacional de uma sociedade. O autor coloca que o primeiro domínio do poder é justamente representar um tipo específico de população e neste sentido, Raffestin destaca a importância desta dizendo que a mesma, “é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações” (Raffestin, 1993: 67).

O autor ainda menciona que a população é um “estoque de energia” pronto para ser utilizado quando conveniente for, porém, para este “estoque” estar sempre à disposição do mantenedor do poder, este deve investir um “alto custo” em sua manutenção (Raffestin, 1993: 69).

Mesmo que os membros, em tese, não interagissem diretamente entre si, estes faziam parte de uma estrutura multilateral no exercício do poder, assim, Raffestin (1993: 64) admite que existam “uma infinidade de campos de poder em um sistema social em razão da multiplicidade das relações possíveis”. Neste sentido, a rede construída pelos agentes revolucionários perpassa por várias linhas de relacionamento, onde cada uma necessita de um exercício diferente do poder.

Seguindo este raciocínio e atribuindo uma conotação política a sociedade fronteiriça, que no referido período passava por um momento conturbado tanto no Uruguai como no Brasil, percebemos que as relações entre os demais são meramente comuns ao tempo que a conformação humana em um território ou espaço constitui determinada sociedade. A associação destes faz evocar

um bem comum em nome do bem estar da sociedade, que simbolizado por meio das relações é revestido de distintas interpretações políticas, faz da comunidade um agente atuante por via das relações sociais, reconhecendo então esta atitude política diante dos acontecimentos, sendo então, a comunidade fronteiriça “um elemento de reconhecimento de ideais” e formador do poder e afinidades que dele emanam (Charlot, 1982: 13).

O historiador francês Pierre Rosanvallon esboça com segurança esta reflexão partindo do ponto de uma compreensão das ações políticas na compreensão do político como agente comum da vida cotidiana, assim, o autor assinala,

compreendo o político ao mesmo tempo a um campo e a um trabalho. Como campo, ele designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações; ele remete à existência de uma ‘sociedade’ que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido. Ao passo que, como trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano, que em si mesmo não passa de mera ‘população’, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade (Rosanvallon, 2010: 71-72).

E com esta ponderação de Rosanvallon (2010), onde se atribuem traços políticos a uma sociedade é que finalizamos nossa intensão de reflexão. Onde, a atribuição de valores das relações sociais de poder, dos aspectos simbólico-culturais e da própria formação natural pampeana, da qual a região fronteiriça faz parte é que se fazem os aportes aglutinadores na formação de uma territorialização de poder por meio das hostes revolucionárias, onde, estas não só atuavam por via da guerra, como também pertenciam ao meio, agindo em outras esferas, formalizando assim o subsídio necessário perante as questões em voga.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, procurou-se, acima de tudo, buscar um meio de refletir acerca do conceito de territorialidade/território de poder, trazendo através das fontes elencadas o substrato para tal. Notadamente, podemos perceber que a mobilidade na região fronteiriça era algo corriqueiro, onde os distintos agentes faziam desta um lugar de ação independente dos Estados-nacionais, mesmo que estes se fizessem presentes, em certa medida.

Assim, trazendo outro mote interessante, em meio a este território de poder desenvolvido pelos atores, acreditamos que haviam alguns “pontos de interação”, onde os indivíduos relacionava-se entre si com maior frequência,

fazendo com que este contato gere uma área de influência que por sua vez pode ser o germe da dita territorialização, especialmente naquilo que toca o nosso caso.

Estes “pontos de interação” podem ser compreendidos como nódulos não específicos, já que abrangem um número não exato de indivíduos e o não contato direto de um agente com outro. Neste sentido, a partir da colocação acima pautada, temos hipoteticamente nos “pontos de interação”: coligação de um número maior de indivíduos; maior circulação de ideias e a conformação de uma área germinal para a territorialização do poder.

Neste sentido, o exercício aqui produzido, também serviu para que futuramente possamos aprofundar mais os termos estudados, trazendo os arquétipos de territorialização e relações sociais de poder a um nível de ampliação, que nos possibilite, sobretudo, um outro olhar acerca da sociedade e do período histórico estudado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Gustavo Figueira (2017): A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira. Dissertação de Mestrado, UFSM, Santa Maria. Consultado em 5.04.2017, disponível em [[http://coral.ufsm.br/ppgh/images/Dissertao\\_Gustavo\\_Figueira\\_Andrade\\_PPGH\\_UFSM.pdf](http://coral.ufsm.br/ppgh/images/Dissertao_Gustavo_Figueira_Andrade_PPGH_UFSM.pdf)].
- ANTONACCI, Maria Antonieta (1981): *RS: As oposições & Revolução de 1923*, Porto Alegre, Mercado Aberto.
- AXT, Gunter (2007): Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. Em GOLIN, T. e BOEIRA, N. (Orgs.) / RECKZIEGEL, A. L. e AXT, G. (Dir.), *História Geral do Rio Grande do Sul*, Vol. 3 , Tomo II: República Velha (1889-1930), Passo Fundo, Méritos.
- CHARLOT, Jean (1982): *Os partidos políticos*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- CLAVAL, Paul (2014): *A geografia cultural*, Florianópolis, Editora UFSC.
- CORTÉS, Carlos E. (2007): *Política Gaúcha*, Porto Alegre, EDIPUCRS.
- DAHL, Robert (1970): *A moderna análise política*, Rio de Janeiro, Lidador.
- DOBKE, Pablo (2015): Caudilhismo, Território e Relações Sociais de Poder: O Caso de Aparício Saraiva na Região Fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904). Dissertação de Mestrado, UFSM, Santa Maria. Consultado em 5.04.2017, disponível em [<http://coral.ufsm.br/ppgh/images/MESTRADO/dissertacoes/turma2013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Pablo%20Rodrigues%20Dobke%20-%202015.pdf>].
- DOBKE, Pablo (2012): Entre Rebeldes e Bandidos: As hostes revolucionárias de Aparício Saraiva e Honório Lemes durante as contendas de 1904 e 1923 em uma

perspectiva comparada. Trabalho de Conclusão de Curso, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas.

FÉLIX, Loiva Otero (1996): *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, Porto Alegre, Editora Universidade, UFRGS.

HEIDRICH, Álvaro (2010): “Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial”. Em PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da e SOUZA, E. B. C. de (Orgs.), *Teorias e práticas territoriais: análises espaçotemporais*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 25-35.

PADOIN, Maria Medianeira (2000): “O espaço fronteiriço platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha, *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, Vol. 1, p. 1-12, Porto Alegre, FEE e PUC/RS.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (1992): *A trajetória do Parlamento gaúcho*, Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

PICOLLO, Helga Iracema Landgraf (1993): “A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas”. Em ALVES, F. das N. e TORRES, L. H. (Orgs.), *Pensar a Revolução Federalista*, Rio Grande, Editora da FURG, pp. 65-82.

RAFFESTIN, Claude (1993): *Por uma geografia do poder*, São Paulo, Ática, 1993.

ROSANVALLON, Pierre (2010): *Por uma história do político*, São Paulo, Alameda.

SAQUET, Marcos Aurelio (2013): *Abordagens e concepções de território*, São Paulo, Outras Expressões.

SILVA, Márcia da (2008): “Poder local: conceito e exemplos de estudo no Brasil”, *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 20, 2, pp. 69-78.

SILVA, Matheus Luís da (2015): *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação de Mestrado, UFSM, Santa Maria. Consultado em 5.04.2017, disponível em [<http://coral.ufsm.br/ppgh/images/MESTRADO/dissertacoes/turma2013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Matheus%20Lu%C3%ADs%20da%20Silva.pdf>].

VICTORIA RODRÍGUEZ, José, A. (2005): *Evolución histórica de la policía uruguaya*, Tomo 2, Montevideo, Editorial Byblos.